

---

***Concessionária  
Ecovias do  
Cerrado S.A.***

***Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2020  
e relatório do auditor independente***



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias do Cerrado S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovias do Cerrado S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

---

#### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 21 de fevereiro de 2020, sem ressalvas.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2021



PricewaterhouseCoopers  
Audidores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5



Marcelo Orlando  
Contador CRC 1SP217518/O-7

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	293.238	255.344	Fornecedores		28.709	15
Aplicações financeiras	7	13.500	24.735	Arrendamentos a pagar	12	276	-
Clientes	8	4.833	-	Partes relacionadas	13	1.870	11.979
Tributos a recuperar		1.670	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher		2.532	43
Despesas antecipadas		673	620	Obrigações sociais e trabalhistas		943	-
Outros créditos		61	-	Obrigações com Poder Concedente	15	318	-
Total do ativo circulante		<u>313.975</u>	<u>280.699</u>	Dividendos mínimos obrigatórios	16.d)	547	137
				Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	11.c)	-	291
				Outras contas a pagar		35	-
				Total do passivo circulante		<u>35.230</u>	<u>12.465</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Tributos diferidos	11.a)	7.101	-	Arrendamentos a pagar	12	2.372	-
Imobilizado	9	36.504	-	Provisão para manutenção	14	171	-
Intangível	10	<u>297.278</u>	<u>11.359</u>	Outras contas a pagar		8.514	-
Total do ativo não circulante		<u>340.883</u>	<u>11.359</u>	Total do passivo não circulante		<u>11.057</u>	<u>-</u>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	16.a)	622.407	615.241
				A integralizar		(3)	(336.087)
				Reserva legal	16.c)	-	29
				Dividendos adicionais propostos	16.d)	-	410
				Prejuízo acumulado		(13.833)	-
				Total do patrimônio líquido		<u>608.571</u>	<u>279.593</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>654.858</u>	<u>292.058</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>654.858</u>	<u>292.058</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)

---

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA	17	261.783	-
Custo dos serviços prestados	18	(274.586)	(15)
PREJUÍZO BRUTO		<u>(12.803)</u>	<u>(15)</u>
DESPESAS OPERACIONAIS	18	(14.243)	-
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(27.046)</u>	<u>(15)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	19	6.575	927
Despesas financeiras	19	(492)	(45)
		<u>6.083</u>	<u>882</u>
LUCRO/(PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(20.963)</u>	<u>867</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	11.b)	-	(291)
Diferido	11.a)	<u>7.101</u>	<u>-</u>
		7.101	(291)
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>(13.862)</u>	<u>576</u>
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO E DILUÍDO	20	<u>(0,04)</u>	<u>0,01</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(13.862)	576
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
LUCRO/(PREJUÍZO) ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(13.862)</u>	<u>576</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva de lucros		Lucros/Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Legal	Dividendos		
Constituição da Companhia em 14 de outubro de 2019		1	-	-	-	-	1
Aumento de capital	16.a)	615.240	(336.087)	-	-	-	279.153
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	576	576
Destinação do lucro líquido							
Reserva Legal	16.c)	-	-	29	-	(29)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,0001 por ação)	16.d)	-	-	-	-	(137)	(137)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,0005 por ação)	16.d)	-	-	-	410	(410)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>		<u>615.241</u>	<u>(336.087)</u>	<u>29</u>	<u>410</u>	<u>-</u>	<u>279.593</u>
Aumento de capital	16.a)	7.166	336.084	-	-	-	343.250
Transferência dividendos adicionais para dividendos a pagar		-	-	-	(410)	-	(410)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(13.862)	(13.862)
Absorção de prejuízo		-	-	(29)	-	29	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>		<u>622.407</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13.833)</u>	<u>608.571</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(13.862)	576
Ajustes para reconciliar o lucro líquido		
com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	275	-
Perda/ Baixa de ativo imobilizado e do intangível	10	-
Encargos financeiros sobre arrendamentos	45	-
Obrigações com Poder Concedente	3.725	-
Constituição de provisão para manutenção	171	-
Tributos diferidos	(7.101)	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	291
<b>Variação nos ativos operacionais:</b>		
Clientes	(4.833)	-
Impostos a recuperar	(1.670)	-
Despesas antecipadas	(53)	(620)
Outros créditos	(61)	-
<b>Variação nos passivos operacionais:</b>		
Fornecedores	28.694	15
Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.489	43
Obrigações sociais	943	-
Partes relacionadas - fornecedores	(10.109)	620
Imposto de renda e contribuição social pagos	(291)	-
Obrigações com o Poder concedente	(3.407)	-
Outras contas a pagar	8.549	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>3.514</u>	<u>925</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aplicações financeiras	11.235	-
Aquisição de imobilizado	(36.467)	-
Aquisição de intangível	(283.500)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(308.732)</u>	<u>-</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Aplicações financeiras	-	(24.735)
Aumento de capital	343.250	279.154
Pagamento de arrendamentos	(93)	-
Juros pagos sobre arrendamentos	(45)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>343.112</u>	<u>254.419</u>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>37.894</u>	<u>255.344</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	255.344	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	293.238	255.344
<b>AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>37.894</u>	<u>255.344</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

### Introdução

A Administração da Concessionária Ecovias do Cerrado S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

### Companhia

A Concessionária Ecovias do Cerrado S.A. ("Companhia") foi constituída em 14 de outubro de 2019, tendo por objeto social específico, único exclusivo a operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos da BR-364/365/GO/MG, no trecho do entroncamento com a BR-060 (Jataí/GO) e o entroncamento com a LMG-479 (Contorno Oeste de Uberlândia/MG), bem como a execução e gestão dos serviços delegados, o apoio na execução dos serviços não delegados, a execução e gestão dos serviços complementares, e o apoio na fiscalização e gestão dos serviços complementares prestados diretamente pela Companhia, e está localizada na Rua José Rodrigues Queiroz Filho, 1.529, Lote 0025, Bairro Santa Mônica – Uberlândia – MG.

A Companhia assinou o contrato de concessão com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em 19 de dezembro de 2019, e o termo de Arrolamento e Transferência de Bens em 20 de janeiro de 2020. O prazo de concessão é de 30 anos a partir da assinatura do referido termo. O trecho de concessão possui 437 km.

### Destaques operacionais e financeiros

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 2.594 mil em 2020.

A receita líquida atingiu R\$261,8 milhões em 2020. A receita líquida pró-forma (excluindo a receita de construção) totalizou R\$11,7 milhões em 2020.

O EBITDA pró-forma<sup>2</sup> foi negativo em R\$26,6 milhões em 2020.

Destaques (em milhões de R\$)	2020	2019	Var.
Volume de tráfego <sup>1</sup>	2.594	-	n.m.
Tarifa Média	4,90	n.m.	n.m.
Receita líquida	261,8	-	n.m.
EBITDA Pró-forma <sup>2</sup>	(26,6)	(0,0)	n.m.
Margem EBITDA Pró-forma <sup>2</sup>	-227,8%	n.m.	n.m.
Capex	320,0	11,4	n.m.

<sup>1</sup> Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

<sup>2</sup> Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

## Volume de tráfego

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 2.594 mil em 2020, sendo 717 mil veículos leves e 1.877 mil veículos pesados. A Ecovias do Cerrado iniciou a cobrança de pedágio nas praças P1, em Uberlândia e P2, em Monte Alegre de Minas a partir do dia 14 de novembro de 2020 e nas praças P6, em Cachoeira Alta e P7, em Jataí a partir do dia 10 de janeiro de 2021.

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2020	2019	Var.
Leves	717	0	n.m.
Pesados	1.877	0	n.m.
<b>Total</b>	<b>2.594</b>	<b>-</b>	<b>n.m.</b>

*Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.*

### Caracterização do Tráfego

A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês no ano base, VDMA (volume diário médio anualizado).



## Tarifa e tarifa média

A tarifa média por veículo equivalente pagante foi de R\$4,90 em 2020.

Tarifa Média (em R\$)	2020	2019	Var.
Ecovias do Cerrado	4,90	n.m.	n.m.

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo, vigente em 31 de dezembro de 2020.

Valor da tarifa por praça de pedágio (em R\$) - Período: 14/11/2020 a 31/12/2020															
Pça.	Categoria de veículo														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
P1	4,90	9,80	14,70	19,60	24,50	29,40	34,30	39,20	44,10	2,45	7,35	9,80	9,80	14,70	19,60
P2	4,90	9,80	14,70	19,60	24,50	29,40	34,30	39,20	44,10	2,45	7,35	9,80	9,80	14,70	19,60
P3	4,90	9,80	14,70	19,60	24,50	29,40	34,30	39,20	44,10	2,45	7,35	9,80	9,80	14,70	19,60
P4	4,90	9,80	14,70	19,60	24,50	29,40	34,30	39,20	44,10	2,45	7,35	9,80	9,80	14,70	19,60
P5	4,90	9,80	14,70	19,60	24,50	29,40	34,30	39,20	44,10	2,45	7,35	9,80	9,80	14,70	19,60
P6	4,90	9,80	14,70	19,60	24,50	29,40	34,30	39,20	44,10	2,45	7,35	9,80	9,80	14,70	19,60
P7	4,90	9,80	14,70	19,60	24,50	29,40	34,30	39,20	44,10	2,45	7,35	9,80	9,80	14,70	19,60

## Receita bruta

A receita bruta totalizou R\$262,8 milhões em 2020. As deduções sobre a receita somaram R\$1,0 milhão.

**Receita de Pedágio:** R\$12,7 milhões em 2020, devido ao início da cobrança de pedágio nas praças de pedágio P1, em Uberlândia e P2, em Monte Alegre de Minas a partir de 14/11/2020.

**Receita de Construção:** R\$250,1 milhões em 2020, devido ao volume de obras no período.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2020	2019	Var.
Receitas de Pedágio	12,7	-	n.m.
Receitas Acessórias	-	-	n.m.
Receita de Construção	250,1	-	n.m.
<b>Total</b>	<b>262,8</b>	<b>-</b>	<b>n.m.</b>

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$262,8 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2020.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2020	2019	Acumulado até 2018
Receitas de Pedágio	12,7	-	-
Receitas Acessórias	-	-	-
Receita de Construção	250,1	-	-
<b>Total</b>	<b>262,8</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$288,8 milhões em 2020. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$38,3 milhões.

<b>Custos e despesas operacionais</b> (em milhões de R\$)	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Var.</b>
Pessoal	7,0	-	n.m.
Conservação e manutenção	3,9	-	n.m.
Serviços de terceiros	13,8	0,0	n.m.
Seguros, Poder Concedente e Locações	6,7	-	n.m.
Outros	6,9	-	n.m.
<b>Custos caixa</b>	<b>38,3</b>	<b>0,0</b>	<b>n.m.</b>
Depreciação e amortização	0,3	-	n.m.
Provisão para manutenção	0,2	-	n.m.
Custo de construção	250,1	-	n.m.
<b>TOTAL</b>	<b>288,8</b>	<b>0,0</b>	<b>n.m.</b>

**Pessoal:** R\$7,0 milhões em 2020, devido a despesas com salários, benefícios e encargos;

**Conservação e Manutenção:** R\$3,9 milhões em 2020, devido a despesas com conservação e revestimento vegetal;

**Serviços de terceiros:** R\$13,8 milhões em 2020 devido, principalmente, aos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela ECS e pelos gastos com ambulâncias e análises técnicas;

**Seguros, Poder Concedente e Locações:** R\$6,7 milhões em 2020, em função da parcela variável repassada ao Poder Concedente e aos custos com locações de máquinas e equipamentos;

**Outros:** R\$6,9 milhões em 2020, principalmente, devido aos custos com desapropriações e estudos ambientais;

**Depreciação e Amortização:** R\$0,3 milhão em 2020, relativos ao início das amortizações da base de ativos;

**Provisão para manutenção:** R\$0,2 milhão em 2020, relacionados as obras contratuais iniciais; e

**Custo de construção de obras:** R\$250,1 milhões em 2020, devido ao volume de obras no período.

O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado de R\$288,8 milhões desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2020.

<b>Custos e despesas operacionais</b> (em milhões de R\$)	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Acumulado até 2018</b>
Custos	288,8	0,0	-

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

## EBITDA

Em 2020, o EBITDA foi negativo em R\$26,8 milhões. O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, foi negativo em R\$26,6 milhões.

EBITDA (em milhões de R\$)	2020	2019	Var.
Lucro líquido	(13,9)	0,6	n.m.
Depreciação e amortização	0,3	-	n.m.
Resultado Financeiro	(6,1)	(0,9)	n.m.
Imposto de renda e contribuição social	(7,1)	0,3	n.m.
Receita de Construção	250,1	-	n.m.
Custo de Construção	(250,1)	-	n.m.
<b>EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>(26,8)</b>	<b>(0,0)</b>	<b>n.m.</b>
<b>Margem EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>-10,2%</b>	<b>n.m.</b>	<b>n.m.</b>
Provisão para manutenção <sup>2</sup>	0,2	0	n.m.
<b>EBITDA Pró-Forma <sup>3</sup></b>	<b>(26,6)</b>	<b>(0,0)</b>	<b>n.m.</b>
<b>Margem EBITDA Pró-Forma <sup>3</sup></b>	<b>-227,8%</b>	<b>n.m.</b>	<b>n.m.</b>

<sup>1</sup> Cálculo realizado de acordo com a instrução CVM 527/2012.

<sup>2</sup> A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia.

<sup>3</sup> Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

## Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$6,1 milhões em 2020, impactado principalmente, pela receita de aplicações financeiras.

Resultado Financeiro (em milhares de R\$)	2020	2019	Var.
Juros sobre Debêntures	-	-	n.m.
Efeitos financeiros sobre direito de outorga	-	-	n.m.
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	-	-	n.m.
Juros Capitalizados	-	-	n.m.
Receitas de aplicações financeiras	6,6	0,9	n.m.
Outros efeitos financeiros	(0,5)	(0,0)	n.m.
<b>TOTAL</b>	<b>6,1</b>	<b>0,9</b>	<b>n.m.</b>

Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

## Prejuízo do Exercício

Em 2020, a Ecovias do Cerrado apresentou prejuízo de R\$13,9 milhões.

## Endividamento

A Ecovias do Cerrado encerrou dezembro de 2020 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo no montante de R\$306,7 milhões. A dívida com Poder Concedente era de R\$0,3 milhão e de arrendamentos a pagar de R\$2,6 milhões.

Endividamento (em milhões de R\$)	2020	2019	Var.
<b>Curto Prazo</b>	-	-	n.m.
Debêntures	-	-	n.m.
<b>Longo Prazo</b>	-	-	n.m.
Debêntures	-	-	n.m.
<b>Dívida Bruta<sup>1</sup></b>	-	-	n.m.
Obrigações com Poder Concedente	0,3	-	n.m.
Arrendamentos a Pagar	2,6	-	n.m.
<b>Endividamento Bruto</b>	<b>3,0</b>	-	<b>n.m.</b>
Caixa e equivalentes de caixa	306,7	280,1	9,5%
<b>Endividamento Líquido</b>	<b>(303,8)</b>	<b>(280,1)</b>	<b>8,5%</b>
<b>Dívida Líquida<sup>1</sup></b>	<b>(306,7)</b>	<b>(280,1)</b>	<b>9,5%</b>

<sup>1</sup> Exclui obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a Pagar

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 12 e nº 15 das Demonstrações Financeiras.

## Investimentos

Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$320,0 milhões em 2020.

CAPEX (em milhares de R\$)	2020		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecovias do Cerrado	320,0	-	320,0

CAPEX (em milhões de R\$)	2020	2019	2018
Hardware e equipamentos de pedágio	34,7	-	-
Máquinas e equipamentos/móveis e utensílios	1,8	-	-
Contrato de concessão	43,9	-	-
Intangível em andamento	237,9	11,4	-
Software de terceiros	1,7	-	-
<b>Total</b>	<b>320,0</b>	<b>11,4</b>	<b>-</b>

A tabela abaixo demonstra os valores dos investimentos acumulados desde o início da concessão.

Investimentos (em milhões de R\$)	2020	2019	Acumulado até 2018
Intangível	283,5	11,4	-
Imobilizado	36,5	-	-
<b>Total</b>	<b>320,0</b>	<b>11,4</b>	<b>-</b>

## Valor Adicionado

Em 2020, o valor adicionado líquido gerado como riqueza foi negativo em R\$10,2 milhões, isto é, representatividade negativa de 3,9% em relação à receita operacional bruta.

Demonstração do Valor Adicionado (em milhões de R\$)	2020	2019	Var.
Valor adicionado líquido	(10,2)	-	n.m.
Receita operacional bruta	262,8	-	n.m.
Representatividade	-3,9%	0,0%	-3,9 p.p.

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2020 foi de R\$6,1 milhões.

Impostos Municipais repassados (em milhões de R\$)	2020	2019	Acumulado até 2018
ISS - Imposto Sobre Serviço	6,1	-	-

## Dividendos e Juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram pagos valores a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em virtude de prejuízos acumulados de anos anteriores. Devido ao prejuízo apurado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram distribuídos valores à título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio.

## Planejamento e Gestão empresarial

O êxito que a Companhia vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes deve-se, em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Em 2020, a Companhia iniciou a implantação da Norma 9001:2015 - Sistema de Gestão da Qualidade, com certificação prevista para ocorrer antes do 2º ano de concessão, prazo estabelecido no PER. Esse sistema tem como objetivo a melhoria contínua a partir de seus princípios fundamentais:

- ✓ Foco no cliente;
- ✓ Liderança;
- ✓ Abordagem do processo;
- ✓ Melhoria;
- ✓ Tomada de decisão baseada em evidência;
- ✓ Gestão de relacionamento.

## Recursos Humanos

Em 2020, a Companhia investiu R\$115,9 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional humano de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológicas e gerencial, bem como oferecer



aos empregados oportunidades de desenvolvimento e de suas habilidades e seus potenciais.

Os funcionários alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2020. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Funcionários alocados na concessão		
Descrição do Cargo	Qtde	Qtde*10.000
ANALISTA/ASSISTENTE TRAFEGO CCO	2	0,85
AUXILIAR SER. GERAIS/MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	7	2,96
AUXILIAR SISTEMA RODOVIÁRIO	14	5,93
CONTROLADOR CCO	2	0,85
CONTROLADOR SISTEMA RODOVIARIO	14	5,93
COORDENADOR CONSERVAÇÃO/SISTEMAS ROD./OBRAS	3	1,27
COORDENADOR TRAFEGO	1	0,42
CONTROLADOR DE TRÁFEGO	4	1,69
ENGENHEIRO PL	2	0,85
FISCAL FAIXA DE DOMÍNIO	1	0,42
OPERADOR PEDAGIO	170	71,95
OPERADOR TRAFEGO	20	8,46
OPERADOR CCO	8	3,39
SUPERVISOR DE MANUTENÇÃO	1	0,42
SUPERVISOR DE SISTEMA RODOVIÁRIO	2	0,85
SUPERVISOR DE TRÁFEGO	1	0,42
TÉCNICO DE MANUTENÇÃO	7	2,96
TÉCNICO EM ENGENHARIA	6	2,54
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	2	0,85
<b>Total de Pessoal - Operacional</b>	<b>267</b>	<b>113,01</b>
ANALISTA/ASSISTENTE	21	8,89
COORDENADOR ADMINISTRATIVO	4	1,69
GERÊNCIA/DIRETORIA	2	0,85
TRAINEE	1	0,42
<b>Total de Pessoal - Pedágio</b>	<b>28</b>	<b>11,85</b>
<b>Total de Pessoal - Concessionária</b>	<b>295</b>	<b>124,86</b>

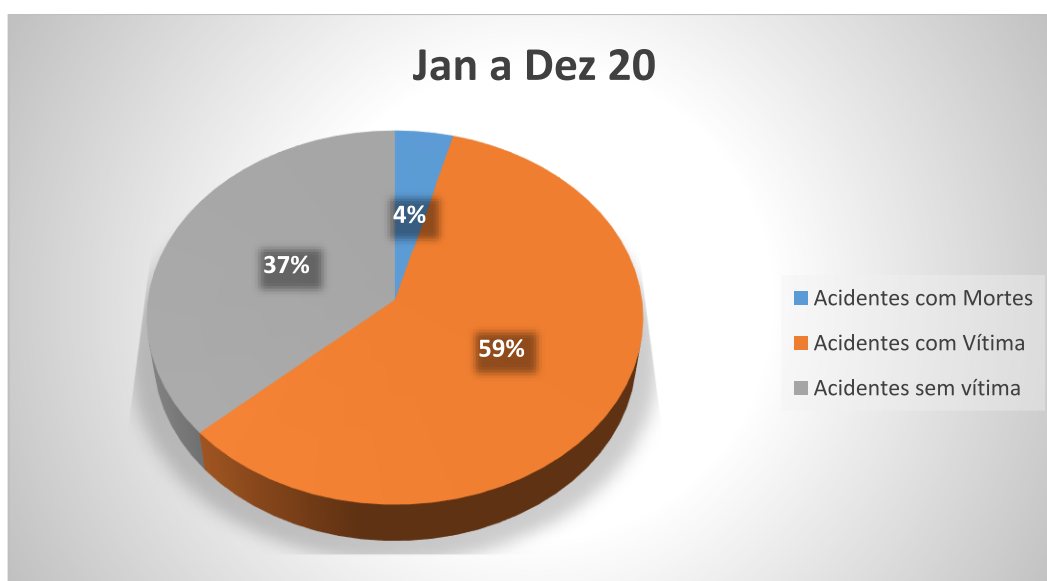
## Indicadores Operacionais

### *Segurança no Trânsito*

#### *Acidentes*

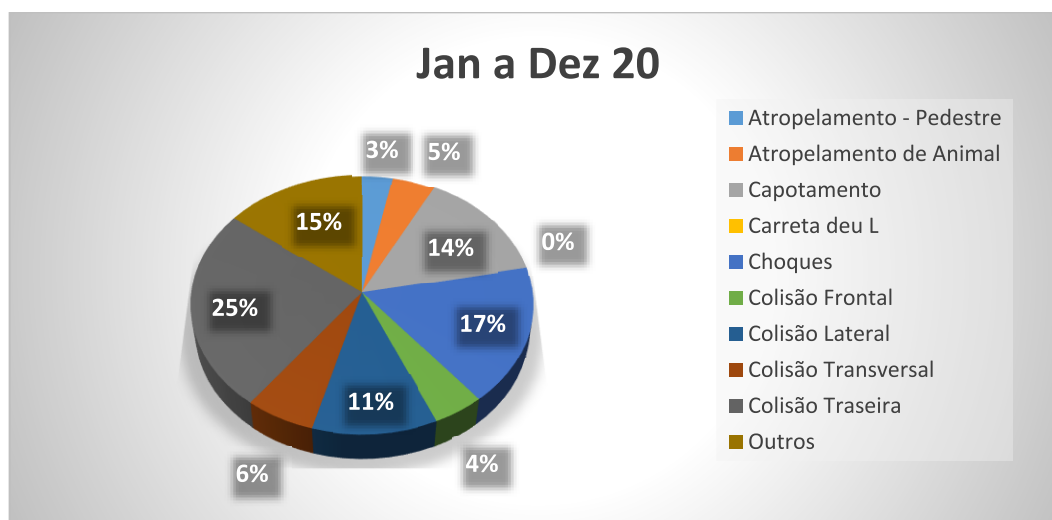
Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

## Percentual de acidentes por gravidade em 2020



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

## Acidente por tipo em 2020



## Dados de Operação da Concessão

### *Veículos Alocados*

Os veículos alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e

a comparação das informações entre as concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da concessão e multiplicada por 100, visto que o resultado da divisão de veículos pela extensão da concessão é irrisório. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

Veículos aplicados na concessão		
Tipo de veículo	Qtde	Qtde/100 km
Viatura de inspeção	6	1,4
Guincho Leve	4	0,9
Guincho Super Pesado	4	0,9
Caminhão Pipa	2	0,5
Caminhão Boiadeiro	2	0,5
Ambulância Simples	11	2,5
<b>Total de veículos operacionais</b>	<b>29</b>	<b>6,6</b>
Administração	4	0,9
Pedágio	3	0,7
Engenharia	9	2,1
Conservação	3	0,7
Tráfego	4	0,9
Manutenção	6	1,4
ANTT	2	0,5
<b>Total de veículos de apoio</b>	<b>31</b>	<b>7,1</b>
<b>Total de veículos aplicados na concessão</b>	<b>60</b>	<b>13,7</b>

## Concessionária em números

Dados anuais e por empresa	Referência
Número de quilômetros mantidos	436,6 km
Número de veículos que transitaram Quantidade por tamanho (leve, mais de dois, mais de três eixos)	Classe 01: 694.682
	Classe 02: 76.681
	Classe 03: 65.391
	Classe 04: 63.971
	Classe 05: 39.197
	Classe 06: 80.891
	Classe 07: 8.940
	Classe 08: 1.012
	Especial 7D: 8.940
	Especial 8D: 1.012
	Especial 9D: 28.190
	Moto: 674
	Semi Reboque: 42.986
	Reboque: 13.108
	Ônibus 2 eixos: 0
Ônibus 3 eixos: 0	
Ônibus 4 eixos: 0	
Dummy: 0	
Tarifa	Informações Detalhadas no item - Tarifa
Número de praças de pedágio	7 (seis)
Índice de congestionamento	N/A por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	N/A
Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos)	23.627 veículos
Equips. utilizadas pela concessionária	Veículos, Balança, Maquinaria, etc.
Índices de qualidade de estrada	N/A
Receita de pedágio em 2020	R\$ 12,7 milhões
Custos associados às receitas de pedágio em 2020	R\$ 38,7 milhões

### Fator Trabalho

Número de trabalhadores	295 funcionários
Despesas com pessoal em 2020	R\$ 7 milhões

### Fator Capital

Despesas de depreciação em 2020	R\$ 0,3 milhões
Ativo líquido	R\$ 306,7 milhões
Ativo bruto	R\$ 654,9 milhões
Série histórica de investimentos até 2020	R\$ 331,3 milhões
Custo de oportunidade de capital em 2020	8,47%

### Fatores Intermediários

Despesas de administração em 2020	R\$ 14,2 milhões
Despesas com manutenção em 2020	R\$ 3,9 milhões
Outras despesas	R\$ 6,9 milhões

### Seguridade

Quantidade de acidentes	Sem feridos: 133
	Com feridos: 214
	Com mortos: 15

### Indicadores

Tarifa média	R\$ 5,05
Custo por veículo ou km	R\$ 14,93

## Balço Social

1 - Base de cálculo	2020 Valor em R\$ mil
Faturamento Bruto	262.813
Receita líquida (RL)	261.783
Resultado Operacional (RO)	-27.046
Folha de Pagamento bruta (FPB)	6.976
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	6.976
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	0

2 - Indicadores sociais internos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	517	7%	0%
Encargos sociais	1.269	18%	0%
Previdência privada	30	0%	0%
Saúde	531	8%	0%
Segurança e Saúde no trabalho	0	0%	0%
Educação	0	0%	0%
Cultura	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	116	2%	0%
Creches ou auxílio creche	14	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	258	4%	0%
Outros	0	0%	0%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>2.735</b>	<b>39%</b>	<b>1%</b>

3 - Indicadores sociais externos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	0	0%	0%
Cultura	0	0%	0%
Saúde e saneamento	0	0%	0%
Esporte	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%
Outros	0	0%	0%
<b>Total de contribuições à sociedade</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>
Tributos (Exceto encargos sociais)	0	0%	0%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>

4 - Indicadores ambientais	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	373	5%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	302	4%	0%
<b>Total de investimentos em meio ambiente</b>	<b>675</b>	<b>10%</b>	<b>0%</b>

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	(X) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 75% ( ) Cumpre de 75 a 100%
--	--

5 - Indicadores do corpo funcional	
Nº de colaboradores ao final do período	253
Tempo de serviço	91% até seis meses 1% de seis meses a um ano 1% entre um e dois anos 4% entre dois e cinco anos 2% mais de cinco anos

Nº de admissões durante o período	231
Nº de demissões durante o período	19
Nº de colaboradores terceirizados	0
Nº de estagiários (as)	0
Nº de colaboradores com até 18 anos	1
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	86
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	157
Nº de colaboradores acima de 45 anos	9
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	168
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,0
Remuneração paga a mulheres no período	1.443
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	14
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	6
Total de horas extras trabalhadas	6.763
Total de horas extras pagas	77.000
Total de INSS pagos	879
Total de FGTS pago	251
Total de Contribuição Sindical paga	63
Total de demais encargos sociais pagos	0
Total de ICMS recolhidos no período	0
Total de IR recolhido no período	867
Total de CSLL recolhidos no período	316
Total de PIS recolhidos no período	125
Total de COFINS recolhidos no período	644
Total de outros tributos recolhidos no período	566

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	18,00%

Número total de acidentes de trabalho	4
---------------------------------------	---

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores
---	---

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input type="checkbox"/> todos + CIPA
---	--

Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	<input type="checkbox"/> não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT
---	--

A previdência privada contempla	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores
---------------------------------	---

A participação nos lucros ou resultados contempla	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores
---	---

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos
Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	( ) não se envolve (X) apóia ( ) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas	96,20% na Concessionária 0,14% no PROCON 0,66% na Justiça
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	
Distribuição do Valor Adicionado	59,4% governo 135,5% acionistas -68,2% colaboradores -26,7% terceiros

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site [www.ecorodovias.com.br/ri](http://www.ecorodovias.com.br/ri)

## RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2020: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Os honorários relativos ao exercício de 2020 totalizaram R\$174,7 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

## DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Concessionária Ecovias do Cerrado S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2020.

Uberlândia, 10 de março de 2021.

## A Administração

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias do Cerrado S.A. ("Companhia") foi constituída em 14 de outubro de 2019, tendo por objeto social específico, único exclusivo a operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário composto pelos trechos da BR-364/365/GO/MG, no trecho do entroncamento com a BR-060 (Jataí/GO) e o entroncamento com a LMG-479 (Contorno Oeste de Uberlândia/MG), bem como a execução e gestão dos serviços delegados, o apoio na execução dos serviços não delegados, a execução e gestão dos serviços complementares, e o apoio na fiscalização e gestão dos serviços complementares prestados diretamente pela Companhia. A sede está localizada na Rua Sintra, 50, sala 01, Bairro Granja Marileusa, no município de Uberlândia – MG.

A Companhia assinou o contrato de concessão com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em 19 de dezembro de 2019, e o termo de Arrolamento e Transferência de Bens em 20 de janeiro de 2020. O prazo de concessão é de 30 anos a partir da assinatura do referido termo. O trecho de concessão possui 437 km. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 15.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 09 de março 2021.

### a) IMPACTOS COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus ("COVID-19") constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional.

Em 11 de março de 2020, a OMS declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia. Os governos passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo.

As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando



restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, o Governo publicou através de decretos e medidas provisórias diversas medidas de auxílio econômico e financeiro. A maior parte dessas medidas, tem caráter temporário e servirão para mitigar os impactos da pandemia para os próximos meses.

A Companhia adotou as seguintes medidas:

- Postergação do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FGTS"), conforme previsto nos artigos 19 e 20 da Medida Provisória nº 927, publicada em 22 de março de 2020, referente às competências de março, abril e maio, pagos a partir de julho/2020 e parcelados em seis (6) vezes, de julho até dezembro/2020;
- Adesão da Medida Provisória nº 936, publicada em 01 de abril de 2020, convertida na Lei nº 14.020, publicada em 7 de julho de 2020, com redução salarial e jornada de trabalho em até 40% nos meses de maio e junho de 2020;
- Redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (Sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 932, publicada em 31 de março de 2020;
- Utilização do fundo inominado da Previdência Privada para pagar as faturas do benefício de maio a agosto de 2020;
- Postergação do recolhimento do Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") relativos à competência março e abril para os meses de setembro e outubro/2020, respectivamente, conforme portaria nº 139 do Ministério da Economia publicada em 3 de abril de 2020; e
- Postergação do recolhimento do Imposto Sobre Serviços ("ISS") em conformidade com os decretos divulgados de cada município.

A Administração da Companhia não pode prever a extensão e a duração das medidas adotadas pelo governo no país, portanto, não pode prever todos os impactos diretos e indiretos da COVID-19 nos resultados operacionais e condição financeira, incluindo:

- desempenho da demanda de tráfego de veículo de passeio e comercial;
- o impacto nos custos ou no acesso a capital e recursos de financiamento e na capacidade de cumprir os *covenants* dos contratos de crédito; e
- incorrerá em contingências relevantes relacionadas à COVID-19.

No entanto, com base nas incertezas mencionadas acima, a Companhia vem monitorando a evolução da pandemia causada pelo COVID-19. A controlada indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística ("EIL") criou comitês de crise, incluindo pessoas-chaves para monitorar, analisar e decidir as ações para minimizar os impactos, garantindo a continuidade das operações e promovendo principalmente a saúde e segurança para todos os colaboradores envolvidos em suas operações, bem como a

adoção do trabalho remoto para todos os funcionários que possam realizar suas atividades fora das instalações da Companhia.

O Grupo EcoRodovias vem contando com empresas parceiras para ação de apoio aos caminhoneiros. Estas empresas parceiras juntaram-se as concessionárias para ampliar o atendimento que já vinha sendo feito aos caminhoneiros desde o início da pandemia, a ação conta com distribuição de marmitas, entrega de kits de higiene contendo sabonete, álcool gel, luvas e máscaras de proteção, e doação de alimentos não perecíveis.

Os itens têm sido entregues nas bases de atendimento aos usuários, postos policiais e em postos de serviço instalados ao longo das rodovias

As ações e decisões são constantemente analisadas pela Administração e pelos comitês, de acordo com a evolução dos cenários globais.

No quarto trimestre foi possível observar uma recuperação progressiva em todos os indicadores operacionais de forma que a Companhia apresentou um melhor desempenho financeiro tanto na comparação com o segundo trimestre quanto na comparação com o mesmo trimestre do exercício anterior.

Na data base de 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou teste de *impairment* (Vide Nota Explicativa nº 9) e não identificou impacto nos resultados.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

## 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentado:

### a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

#### Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos

financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (vide Nota Explicativa nº 19).

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo

objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

#### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

#### Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

#### Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

#### Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

#### Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua via contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota Explicativa nº 10, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

e) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de tráfegos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação.

f) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2020 pelo "International Accounting Standards Board – IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2) (vigência a partir de 01/01/2020)	Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual ( <i>Conceptual Framework</i> ) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.	A Administração da Companhia avaliou os impactos do IFRS e sua adoção não provocou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 PARA O EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

g) Novas normas ainda não vigentes

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 17 – Contratos de seguros (vigência a partir de 01/01/2023)	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11). A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O modelo geral utiliza premissas atuais para estimativa de valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros de mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 17 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 1 – Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)	As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 3 – Referência a Estrutura Conceitual (vigência a partir de 01/01/2022, porém permite adoção antecipada, desde que adote todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes)	As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do IFRIC 21 – Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios).	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 3 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.



CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações à IAS 16 – Imobilizado – Recursos antes do uso pretendido (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondente custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 32 – Estoques. As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel de terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 37 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 PARA O EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida adoção antecipada)	As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas: IFRS 1 – Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controlada para Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controlada adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a). IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. IFRS 16 – Arrendamentos: A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida. IAS 41 – Agricultura: A alteração exclui a exigência na IAS 41 para entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na IAS 41 às exigências na IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. A alteração é aplicável prospectivamente, isto, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração.	A Administração da companhia está avaliando os impactos da IFRS 1, da IFRS 9, da IFRS 16 e da IAS 41 e entende que suas adoções não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

f) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

g) Benefícios a empregados – Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas

como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

#### 4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- **Taxas de desconto:** a determinação das taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- **Taxa de amortização:** a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- **Provisões:** a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.
- **Impairment:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

#### Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetuará análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Os direitos e obrigações da Companhia referentes à Concessão, ocorrerão a partir da assinatura do contrato com Poder Concedente.

#### Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avaliará o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não será reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

#### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhecerá o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contratos de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo será efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utilizará modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

#### Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01 Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária.

#### Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 8,75% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada no Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês).

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 18.

## 5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

As normas, alterações e interpretações existentes com adoção inicial em 1º de janeiro de 2020 não tem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

### Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	691	-
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	292.547	255.190
Aplicações automáticas (b)	-	154
	<u>293.238</u>	<u>255.344</u>

- (a) Em virtude do cenário declarado pela OMS em março de 2020 o surto do COVID-19 e visto que os governos têm tomado medidas restritivas, cujo potencial de afetar a economia é significativo as incertezas do mercado econômico, a companhia preservando a transparência e o conservadorismo dos ativos financeiros e visando a gestão de caixa passou por uma revisão nas aplicações financeiras, readequando a carteira do fundo de investimento para assegurar o caixa da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 95,6% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 4,4% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7). (Em 31 de dezembro de 2019 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 43,7% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas e 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LTF)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimento são remuneradas à taxa de 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possuía aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

## 7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 PARA O EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Recursos não vinculados	13.500	24.735
	<u>13.500</u>	<u>24.735</u>

Os recursos referem-se a aplicações financeiras em LTN *over* (Letra do Tesouro Nacional) remunerado à taxa de 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. As referidas aplicações possuem liquidez imediata.

## 8. CLIENTES

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pedágio eletrônico (a)	4.750	-
Outras contas a receber	83	-
	<u>4.833</u>	<u>-</u>

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer	4.833	-
	<u>4.833</u>	<u>-</u>

## 9. IMOBILIZADO

### Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 PARA O EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Custo				Saldos em 31/12/2020
	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	
<i>Hardwares</i>	-	34.653	(1)	38	34.690
Máquinas e equipamentos	-	511	-	-	511
Móveis e utensílios	-	1.303	-	-	1.303
	-	36.467	(1)	38	36.504

Em 31 de dezembro de 2020 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não forma identificadas.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

## 10. INTANGÍVEL

### Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

	Contratos de concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	-	-	-
	Custo				
Saldo em 31/12/2019	-	11.359	-	-	11.359
Adições	43.911	237.883	1.706	-	283.500
Baixas	-	(9)	-	-	(9)
Transferências	99.186	(99.296)	72	-	(38)
Direito de uso - CPC06 (R2)	-	-	-	2.741	2.741
Saldo em 31/12/2020	143.097	149.937	1.778	2.741	297.553
	Amortização				
Saldo em 31/12/2019	-	-	-	-	-
Adições	(161)	-	-	(114)	(275)
Saldo em 31/12/2020	(161)	-	-	(114)	(275)
	Residual				
Saldo em 31/12/2020	142.936	149.937	1.778	2.627	297.278
Saldo em 31/12/2019	-	11.359	-	-	11.359

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 PARA O EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Custo	
	Saldos em 14/10/2019	Saldos em 31/12/2019
Intangível em andamento (i)	- 11.359	11.359
	- 11.359	11.359

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária. Em 31 de dezembro de 2020, as principais adições nesta rubrica referem-se a: projetos executivos e de adequação, ampliações de capacidade de atendimento das praças de pedágios, sistemas de arrecadação, monitoramento e fiscalização.

(ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2020 foram 0,13% a.a..

(iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2020 referem-se a: projetos iniciais para operação na rodovia como reabilitação e levantamentos de pavimentos e sinalização, consultorias e recuperação de elementos de proteção e segurança.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção do resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*) e as perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC, em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado considerando alavancagem média e betas médios obtidos de amostras de empresas comparáveis à Companhia. Foi considerado "size premium" estimado com base no tamanho (*Equity Value*) da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. na data-base das análises, segundo *Market Capitalization* obtido do Capital IQ: WACC: 9,3% a.a. em termos nominais, após impostos. Com base nessa avaliação, a Companhia não identificou nenhum impacto no resultado.

## 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável



CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 PARA O EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020	31/12/2020
Prejuízo fiscal e base negativa	-	7.030	-	7.030	7.030
Provisão para manutenção	-	58	-	58	58
Provisão para Férias - Diretores/Stock option	-	13	-	13	13
IR e CS diferido - ativo/(passivo) (i)	-	7.101	-	7.101	
Receita (despesas) de IR e CS diferido					7.101

(i) Em atendimento ao CPC 32 Tributos sobre o Lucro, item 73, registramos R\$7.101 no ativo não circulante.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	31/12/2020	31/12/2019
	Ativo	Ativo
2021	24	-
2022	12	-
2023	12	-
2024	11	-
2025	7.042	-
	7.101	-

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 PARA O EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro/ (Prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(20.963)	867
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	7.127	(295)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores	(1)	-
Despesas indedutíveis	(17)	-
Outros	(8)	4
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>7.101</u>	<u>(291)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Impostos diferidos	7.101	(291)
Taxa efetiva	33,9%	33,6%

c) Provisão para imposto de renda e contribuição social

A movimentação do exercício do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	291	-
Despesa IR/CS DRE	-	291
Total de IR/CS pagos	<u>(291)</u>	<u>-</u>
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	<u>-</u>	<u>291</u>

12. ARRENDAMENTO A PAGAR

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	<u>2.648</u>	<u>-</u>
Circulante	276	-
Não circulante	2.372	-

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo inicial	-	-
Adições	2.741	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 19)	45	-
Pagamento principal	(93)	-
Pagamento de juros	(45)	-
Saldo no fim do exercício	<u>2.648</u>	<u>-</u>

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Passivo	Resultado	
		Circulante	Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	1.143	2.320	4.504
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora	727	-	-
Total em 31 de dezembro de 2020		1.870	2.320	4.504
Total em 31 de dezembro de 2019		11.979	-	-

(a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$19.265. O saldo em aberto de R\$1.143 em 31 de dezembro de 2020 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

(b) O saldo refere-se a transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º, salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros.

### 14. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 PARA O EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 8,75% ao ano, correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2019	Adição (custo)	31/12/2020
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 18)	-	260	260
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 18)	-	(89)	(89)
	-	171	171
Circulante	-		-
Não circulante	-		171

#### 15. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de Fiscalização	318	-

O valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.390 a ser atualizado pelo IRT, divididos em 12 parcelas mensais do mesmo valor e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. Em 31 de dezembro de 2020, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$318.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	-	-
Custo (vide Nota Explicativa nº 18)	3.725	-
Pagamento do principal	(3.407)	-
Saldo no fim do exercício	318	-
		Previsão de 2020 ao fim da concessão
		31/12/2020
<u>Natureza dos custos</u>		
Melhorias na infraestrutura		767.300
Conservação especial (manutenção)		1.547.789
Equipamentos		101.891
Total		2.416.980

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$622.404 e R\$279.154, representados por 622.404.013 e 279.154.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 29 de setembro de 2020, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$343.250 mediante a emissão de 343.250.082 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 por ação, mediante a subscrição da totalidade das ações pelo acionista Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e cuja integralização foi realizada da seguinte forma: i) o valor de R\$7.166 à vista; ii) R\$336.084 integralização da parcela a integralizar remanescente de 2019.

### b) Capital autorizado

Conforme alteração realizada em 29 de novembro de 2019 o artigo 6º Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$800.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o exercício do direito de preferência.

### c) Reserva legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido ajustado do exercício, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$29 foi absorvido pelo prejuízo do exercício. Em 31 de dezembro de 2019 o montante retido, à título de Reserva Legal era de R\$29.

### d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os dividendos adicionais propostos de R\$410 do exercício de 2019 foram classificados como "dividendos a pagar" serão distribuídos oportunamente aos acionistas, mediante deliberação do Conselho de Administração está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	(13.606)	576
Constituição da reserva legal	-	(29)
Base de cálculo dos dividendos	<u>-</u>	<u>547</u>
Dividendos mínimos obrigatórios contabilizados	-	(137)
Dividendos adicionais propostos	<u>-</u>	<u>(410)</u>

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 PARA O EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	4.498	-
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	6.976	-
Vale-pedágio	1.234	-
	<u>12.708</u>	<u>-</u>
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita de construção (b)	250.106	-
Receita líquida	<u>262.814</u>	<u>-</u>
Receita bruta	<u>262.814</u>	<u>-</u>
Deduções de receita bruta	(1.031)	-
Receita líquida	<u>261.783</u>	<u>-</u>

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	12.708	-
	<u>12.708</u>	<u>-</u>
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(381)	-
PIS (0,65%)	(83)	-
ISS (2% a 5%)	(567)	-
	<u>(1.031)</u>	<u>-</u>

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 PARA O EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. CUSTOS OPERACIONAIS – POR NATUREZA

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	6.976	-
Conservação e manutenção e outros	3.911	-
Serviços de terceiros (i)	13.769	15
Seguros	773	-
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 15)	3.725	-
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 14)	171	-
Custo de construção de obras	250.106	-
Depreciações e amortizações (Vide Nota explicativa nº 9 e 10)	275	-
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	2.236	-
Outros custos e despesas operacionais	6.887	-
	<u>288.829</u>	<u>15</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	274.586	15
Despesas gerais e administrativas	14.243	-
	<u>288.829</u>	<u>15</u>

(i) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	6.575	927
	<u>6.575</u>	<u>927</u>
Despesas financeiras:		
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(306)	(43)
Juros sobre arrendamento mercantil - CPC06 (R2)	(45)	-
Outras despesas financeiras	(141)	(2)
	<u>(492)</u>	<u>(45)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>6.083</u>	<u>882</u>

20. LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO

a) Lucro/(prejuízo) básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro/(prejuízo) do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	(13.606)	576
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	366.373	114.525
Lucro/(prejuízo) básico e diluído por ação das operações continuadas	<u>(0,04)</u>	<u>0,05</u>

b) Lucro/(Prejuízo) diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora indireta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.

## 21. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

### Índice de endividamento

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Dívida (a)	2.966	-
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva - vinculados	<u>(293.238)</u>	<u>(255.344)</u>
Dívida líquida	(290.272)	(255.344)
Patrimônio líquido (b)	<u>608.571</u>	<u>279.593</u>
Índice de endividamento líquido	(0,48)	(0,91)

(a) A dívida é definida como arrendamentos a pagar, e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 12 e 15.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

### Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundo de investimento, remunerados à taxa média ponderada de 101% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.



CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 PARA O EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2020 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
<b>Ativos:</b>			
	Valor justo através do resultado		
Caixa e bancos (ii)		691	691
Clientes (i)	Custo amortizado	4.833	4.833
	Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras (ii)		306.047	306.047
<b>Passivos:</b>			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	28.709	28.709
Arrendamentos a pagar (iii)	Custo amortizado	2.648	2.648
Obrigações com Poder Concedente (iii)	Custo amortizado	318	318

- (i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) Os arrendamentos a pagar e as obrigações com Poder Concedente estão registradas ao custo amortizado na data do balanço.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$2.975, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de debêntures que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Arrendamento a Pagar	Cfe contrato individual	276	267	272	1.832
		<u>276</u>	<u>267</u>	<u>272</u>	<u>1.832</u>

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 PARA O EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Alta do CDI	10.928	13.660	16.392
		<u>10.928</u>	<u>13.660</u>	<u>16.392</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI	4,42%	5,53%	6,63%

Fonte: Relatório da Consultoria 4E – Dezembro/2020.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

## 22. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 6.

### b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

### c) Transações que não envolvem caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2020
Direito de uso – CPC 06 (R2)	2.741

### 23. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

### 24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de janeiro de 2021, a Companhia iniciou a cobrança de pedágio das praças P6 no município de Cachoeira Alta e P7 no município de Jataí, ambas no estado de Goiás.